

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a) Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b) Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c) Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d) Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio
- f) de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- g) Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- h) A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- i) Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e
- j) Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que trinta e dois municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia operava serviços de água e esgoto em 197 municípios e 03 distritos (197 municípios e 03 distritos em 31 de dezembro de 2012 e 199 municípios e 04 distritos em 31 de dezembro de 2011) 196 municípios no Estado de Santa Catarina e 01 no Estado do Paraná. Atua nesses municípios mediante contrato de concessão ou contratos de programa, sendo que a maioria destes apresenta prazo de duração de 30 anos.

A Companhia possui até a presente data 12(doze) Contratos de Programa assinados com os Municípios de Barra Velha, Biguaçu, Braço do Norte, Canoinhas, Criciúma, Curitiba, Forquilha, Florianópolis, Garopaba, Ibirama, Laguna e Rio do Sul, estando em fase de negociação com os demais, conforme determina a Lei 11.445/07.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013,
2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Dos 197 municípios e 3 distritos, 174 encontram-se com o contratos de concessão vigentes, 20 com os contratos de concessão vencidos e 06 sem convênios, onde a Companhia atua como interveniente do contrato entre o Governo do Estado de Santa Catarina. Os municípios e distritos cujos contratos estão vigentes, distribuem-se pelo ano de vencimento dos contratos conforme relação abaixo:

Ano de vencimento	Número de municípios
2014	04
2015	02
2016	04
2017	01
2018	02
2019	03
2020	03
2021	04
2022	08
2023	10
2024	12
2025	03
2026	04
2027	03
2028	13
2029	07
2030	13
2031	04
2032	04
2033	00
2034	06
2035	04
2036	21
2037	02
2038	02
2039	04
2040	05
2041	03
2042	12
2043	09
2044	02
	174

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 13 - Ativo fiscal diferido

Nota 14 - Imobilizado e Intangível

Nota 19 - Provisão para contingências

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

. Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Municipalizados, conforme nota explicativa nº12.

b.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b.3. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são baixados no resultado.

e. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

Ativos financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto à qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente, tratam-se dos escritórios localizados nas agências da Companhia.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI - Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

k. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

m. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PASEP e COFINS, utilizando o regime de competência sobre as diferenças resultantes da base de cálculo de faturamento para entidades governamentais, que são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

n. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

p. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

q. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas.

4 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;
- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Considerações gerais:

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- a. Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- b. Aplicações financeiras - são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- c. Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;
- d. Contas a Receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;
- e. Empréstimos e financiamentos - o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira - coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 são como segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011
	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Caixa e equivalentes de caixa	18.786	18.786	12.422	12.422	9.161	9.161
Títulos e Valores Mobiliários	101.887	101.887	22.288	22.288	63.184	63.184
Contas a Receber (líquido de PDD)	133.981	133.981	132.105	132.105	113.227	113.227
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(289.458)	(289.458)	(276.765)	(276.765)	(302.529)	(302.529)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(127.667)	(127.667)	(46.054)	(46.054)	(45.836)	(45.836)

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

Não foi necessário constituir provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	606.996	120.019	727.015
Deduções da receita bruta	(55.994)	(11.069)	(67.063)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	551.002	108.950	659.952
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(188.503)
Lucro bruto			471.449
Depreciação e amortização			(63.466)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(301.444)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(3.230)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			103.309

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	565.090	108.462	673.552
Deduções da receita bruta	(53.033)	(10.177)	(63.210)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	512.057	98.285	610.342
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(170.806)
Lucro bruto			439.536
Depreciação e amortização			(61.249)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(289.507)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(37.263)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos			(51.517)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
		Reclassificado	Reclassificado
Imobilizado	28.897	28.730	28.437
Obras em andamento	254.735	211.527	161.044
Ativo intangível	1.504.284	1.514.407	1.552.481
Outros	7.366	7.867	7.272
Ativos dos segmentos reportados	1.795.282	1.762.531	1.749.234
Total do ativo circulante	345.860	256.778	270.960
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes, líquido	6.735	7.184	6.771
Ativo financeiro	22.096	59.275	96.152
Depósitos judiciais	84.377	79.978	88.532
Investimentos	304	304	304
Ativo fiscal diferido	74.254	81.229	76.558
Ativo total, conforme balanço patrimonial	2.328.908	2.247.279	2.288.511

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013,
2012 e 2011 EM MILHARES DE REAISReceita Operacional por Superintendência: Água

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Metropolitana	225.456	213.272	188.927
Sul/Serra	115.821	107.482	93.428
Oeste	144.356	132.988	115.752
Norte/Vale	121.363	111.348	99.496
Total	<u>606.996</u>	<u>565.090</u>	<u>497.603</u>

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Metropolitana	90.929	82.147	73.621
Sul/Serra	15.673	13.962	12.024
Oeste	13.383	12.303	10.752
Norte/Vale	34	50	58
Total	<u>120.019</u>	<u>108.462</u>	<u>96.455</u>

Receita Operacional por Município: Água

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Florianópolis	137.441	133.518	119.968
Chapecó	33.249	31.174	26.572
Criciúma	45.704	42.225	38.322
Rio do Sul	16.076	15.093	15.567
São José	54.757	51.965	44.409
Outros	319.769	291.115	252.765
Total	<u>606.996</u>	<u>565.090</u>	<u>497.603</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Receita Operacional por Município: Esgoto

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Florianópolis	75.122	67.513	61.157
Chapecó	11.894	10.981	9.578
Criciúma	12.065	10.761	9.134
São José	14.183	13.131	11.124
Outros	6.755	6.076	5.462
Total	<u>120.019</u>	<u>108.462</u>	<u>96.455</u>

Resumo dos custos e despesas

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Despesas			
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	250.203	229.906	183.407
Vendas	55.826	39.511	32.019
Gerais e Administrativas	247.384	252.145	244.401
Total	<u>553.413</u>	<u>521.562</u>	<u>459.827</u>

Resumo das receitas

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Receitas			
Água	606.996	565.090	497.603
Esgoto	120.019	108.462	96.455
Total	<u>727.015</u>	<u>673.552</u>	<u>594.058</u>

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Bens numerários	58	100	206
Bancos conta movimento	491	524	327
Bancos conta arrecadação	11.743	11.443	8.305
Bancos conta vinculada	6.494	355	323
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	18.786	12.422	9.161

8 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$101.887(R\$22.288 em 31 de dezembro de 2012, R\$63.184 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI - Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas.

Em 14 de setembro 2012 o Banco Central do Brasil decretou a intervenção extrajudicial do Banco Prosper.

Nesta data a Companhia mantinha, em aplicação financeira, na forma de Certificado de Depósito Bancário - CDB, naquela instituição, a importância de R\$7.791.

Trata-se de valores cedidos fiduciariamente pela Companhia, quando da emissão de Cédulas de Crédito Bancário - CCB's, negociados junto ao mercado de capitais pelo Banco Prosper em 2009 e 2010, conforme nota explicativa nº15.

Visto que os valores aplicados no Banco Prosper em Liquidação Extrajudicial, são tratadas pelos Credores das CCB's como garantias cedidas, estamos promovendo a substituição e liberação da garantia para poder ingressar judicialmente para recuperação do ativo junto à massa liquidanda.

Até a presente data a Companhia não recebeu o seguro do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, que assegura o ressarcimento em até R\$70.

9 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante			
Consumidores finais	89.525	89.849	78.341
Entidades públicas	35.067	33.724	28.568
Consumo a faturar	34.758	31.240	25.801
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(33.424)	(30.401)	(27.888)
Total Circulante	125.926	124.412	104.822
Não circulante			
Consumidores finais	5.903	5.911	5.442
Entidades públicas	832	1.273	1.329
Créditos reconhecidos como perdas	97.473	88.381	79.584
(-) Perdas reconhecidas	(97.473)	(88.381)	(79.584)
Total Não circulante	6.735	7.184	6.771
Total Contas a Receber de Clientes	132.661	131.596	111.593

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2013, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	>90 dias e < 180 dias	>180 dias e < 720 dias	< 720 dias	Total
Comercial	14.670	2.923	771	2.818	10.238	31.420
Industrial	1.834	422	115	316	3.052	5.739
Pública	4.689	4.987	2.006	19.346	41.837	72.865
Residencial	45.817	16.109	3.560	10.944	42.346	118.776
Consumo a faturar	34.758	-	-	-	-	34.758
	<u>101.768</u>	<u>24.441</u>	<u>6.452</u>	<u>33.424</u>	<u>97.473</u>	<u>263.558</u>
PCLD				(33.424)	(97.473)	(130.897)
Total Contas a Receber	<u>101.768</u>	<u>24.441</u>	<u>6.452</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>132.661</u>

- a) O Conselho de Administração no uso de suas atribuições estatutárias instituiu revisão tarifária conforme resolução nº020 de 10 de junho de 2013 da AGESAN - Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, deliberação nº 007/2013 da ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento e Procedimento Administrativo nº 09/2013 da AGIR -Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí, referente aos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários, nas categorias contempladas na estrutura (residencial, comercial, industrial, pública e especial), com reajuste de 6,82% de forma linear em todas as faixas, sobre os consumos faturados a partir de 01 de agosto de 2013.
- b) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes. São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 31 de dezembro de 2013 a conta apresenta um saldo de R\$15.154 (R\$5.553 em 31/12/12 e 2011); do valor apresentado nessa conta, R\$14.300 (R\$5.433 em 31/12/12 e 2011) são depósitos judiciais efetuados pelo Município de Palhoça, para cumprimento de ação judicial 045.08.000501-7, onde a Companhia está questionando os valores do fornecimento de água para aquela localidade.

Como a Companhia recebe os valores via alvará judicial, e no mesmo não há identificação das faturas, o sistema comercial não consegue dar baixa na rubrica de Contas a Receber de Clientes.

10 ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Materiais em almoxarifado	28.053	27.748	26.233
Materiais em poder de terceiros	55	54	54
Outros	943	852	774
Total Estoques	29.051	28.654	27.061

11 OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Adiantamentos a fornecedores	-	900	3.756
Convênios com prefeituras	11.685	26.711	17.441
Adiantamentos a empregados	730	1.850	1.723
Cauções	245	245	645
Pagamentos reembolsáveis	1.532	1.072	1.060
Impostos a recuperar	45.404	29.531	29.842
Outros créditos	1.751	715	838
Total	61.347	61.024	55.305

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12 ATIVO FINANCEIRO

Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013,
2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes do ajuste</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2013</u>	<u>Saldo Contábil em 31/12/2013</u>
Balneário Camboriú	3.067	3.067	8	24.540	-
Balneário Gaivota	829	138	3	414	691
Camboriú	619	619	8	4.956	-
Campo Erê	491	82	3	246	409
Canelinha	711	142	4	469	469
Capivari de Baixo	103	17	3	51	86
Corupá	532	107	4	427	425
Fraiburgo	277	277	8	2.211	-
Garuva	449	75	2	118	374
Guaramirim	1.939	970	7	6.788	969
Içara	1.485	1.485	8	11.880	-
Itajaí	2.252	2.251	8	18.011	-
Itapema	511	511	8	4.092	-
Itapoá	627	313	7	2.193	314
Joinville	15.875	15.875	8	127.001	-
Lages	10.602	10.602	8	84.817	-
Massaranduba	644	107	3	322	537
Meleiro	193	48	5	241	145
Navegantes	970	970	8	7.756	-
Palhoça	3.148	1.574	7	11.018	1.574
Papanduva	115	115	8	916	-
Penha	5.545	792	2	1.584	4.753
Porto Belo	3.521	587	3	1.761	2.934
Praia Grande	983	123	1	123	860
Presidente Getúlio	933	186	4	745	747
São João Batista	240	240	8	1.921	-
São Francisco do Sul	6.423	803	1	803	5.620
Schroeder	346	172	7	1.207	174
Sombrio	869	435	7	3.043	434
Timbó	542	542	8	4.342	-
Três Barras	578	97	3	290	481
Tubarão	1.301	1.301	8	10.407	-
Total	66.720	44.624		334.793	22.096

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Saldos em 31 de dezembro de 2013
Tubarão	17.000
Balneário Gaivota	2.420
Campo Alegre	1.879
Canelinha	4.094
Capivari de Baixo	955
Corupá	3.982
Fraiburgo	2.200
Guaramirim	6.535
Itapoá	3.463
Massaranduba	2.486
Meleiro	571
Palhoça	10.000
Penha	8.896
Presidente Getúlio	4.536
Porto Belo	19.852
João Batista	1.900
Camboriú	7.000
Navegantes	6.000
Içara	15.000
Balneário Camboriú	40.000
Schroeder	2.000
Sombrio	2.594
São Francisco do Sul	7.047
Barra Velha	6.000
Itajaí	30.000
Joinville	135.000
Papanduva	800
Três Barras	2.281

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Timbó	5.000
Itapema	4.000
Lages	<u>110.000</u>

Total de Indenizações	<u><u>463.491</u></u>
-----------------------	-----------------------

A CASAN está procedendo levantamento dos ativos no município de Ilhota para posterior ingresso na Justiça pleiteando as respectivas indenizações.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável à CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido lei municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, tendo o TJSC anulado a sentença de improcedência. O processo se encontra em fase de perícia.

13 ATIVO FISCAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	31 de dezembro de 2013 Total	31 de dezembro de 2012 Total	31 de dezembro de 2011 Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.424	8.356	3.008	11.364	10.336	9.482
Programa de demissão incentivada	46.095	11.524	4.148	15.672	23.543	24.844
Provisão para contingências fiscais	128	32	12	44	44	44
Provisão para contingências cíveis	125.706	31.426	11.313	42.739	43.115	37.552
Provisão para contingências trabalhistas	<u>13.042</u>	<u>3.261</u>	<u>1.174</u>	<u>4.435</u>	<u>4.191</u>	<u>4.636</u>
	<u><u>218.395</u></u>	<u><u>54.599</u></u>	<u><u>19.655</u></u>	<u><u>74.254</u></u>	<u><u>81.229</u></u>	<u><u>76.558</u></u>
Classificação do ativo diferido:						
Realizável a longo prazo				<u><u>74.254</u></u>	<u><u>81.229</u></u>	<u><u>76.558</u></u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 2013 e 2012 são as seguintes:

	Provisão para contingências	Obrigações previdenciárias	Provisão p/devedores duvidosos	Total
Imposto de Renda diferido ativo				
Em 01 de janeiro de 2012	42.232	24.844	9.482	76.558
Creditado à demonstração do resultado	<u>5.118</u>	<u>(1.301)</u>	<u>854</u>	<u>4.671</u>
Em 31 de dezembro de 2012	47.350	23.543	10.336	81.229
Creditado à demonstração do resultado	<u>(132)</u>	<u>(7.871)</u>	<u>1.028</u>	<u>(6.975)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>47.218</u>	<u>15.672</u>	<u>11.364</u>	<u>74.254</u>

14 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Até 31 de dezembro de 2013 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Ativos Administrativos e Intangível por segmento:

	31 de dezembro de 2012 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipa- lizações e Ajustes	Aquisições/ Transf.	31 de dezembro de 2013 Líquido
Sistema de Água Produção/Distribuição	792.862	(42.727)	78.997	30.681	859.813
Sistema de Esgoto Redes/Tratamento	721.545	(24.885)	(90.701)	38.512	644.471
Bens de Uso Administrativo	<u>28.730</u>	<u>972</u>	<u>(3.560)</u>	<u>2.755</u>	<u>28.897</u>
Total	<u>1.543.137</u>	<u>(66.640)</u>	<u>(15.264)</u>	<u>71.948</u>	<u>1.533.181</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

b) Obras em andamento

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Água			
Produção	34.592	31.190	21.114
Distribuição	27.241	18.784	13.672
Estudos e projetos em elaboração	7.102	20.389	10.834
Total Água	69.935	70.363	45.620
Esgoto			
Coleta, tratamento e lançamento final	108.841	111.368	96.771
Estudos e projetos em elaboração	58.462	29.334	18.320
Outros	77	462	333
Total Esgoto	167.380	141.164	115.424
Estoques de obras e outros	25.786	7.867	7.272
Total Obras em Andamento	262.101	219.394	168.316

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Saldo da reavaliação	815.111	838.123	815.628
Tributos sobre a reavaliação	(206.819)	(211.423)	(222.217)
Saldo da reserva de reavaliação	608.292	626.700	593.411

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

- c) Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Caçador	15.977	4.185	11.793	11.618		11.902
Concórdia	22.377	7.309	15.068	14.845		14.827
Chapecó	176.904	32.580	144.324	150.181		156.675
Criciúma	215.502	40.256	175.246	182.237		187.698
Curitibanos	17.390	6.645	10.745	11.021		11.279
Florianópolis	864.024	264.430	599.594	474.927		593.557
Gravatal	15.420	6.475	8.945	9.343		9.673
Imbituba	33.278	8.673	24.605	24.670		26.778
Laguna	18.456	5.080	13.376	11.453		12.855
Rio do Sul	22.160	7.146	15.014	11.987		10.936
Santo Amaro da Imperatriz	17.446	5.082	12.364	13.316		12.553
São Joaquim	60.591	6.944	53.647	54.429		55.558
São José	114.047	37.434	76.613	77.245		68.446
São Miguel do Oeste	28.733	7.140	21.593	16.676		16.772
Siderópolis	78.749	19.470	59.279	61.684		70.121
Outros	403.417	141.337	262.080	388.775		292.851
Total	<u>2.104.472</u>	<u>600.188</u>	<u>1.504.284</u>	<u>1.514.407</u>		<u>1.552.481</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Depreciação

As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

<u>Imobilizado</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro.

	<u>Passivo Circulante</u>		<u>Passivo Não Circulante</u>		
	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Encargos incidentes</u>
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	-	-	80.662	-	7,22% a.a. .+ var.cambial
International Finance Corporation - IFC	8.070	8.166	20.957	29.383	IPCA (atual. trim.) + spread de 3,50%a.a.
Japan International Cooperation Agency - JICA	-	-	14.648	4.802	1,20% a.a.
Kreditanstalt Für Wiederaufbau KFW	1.120	935	2.210	2.767	4,5% a.a.+ var.cambial
Total Operações no exterior	<u>9.190</u>	<u>9.101</u>	<u>118.477</u>	<u>36.952</u>	

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Operações no país:

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras	10.659	10.465	32.394	32.133	9,87% + TR
Caixa Econômica Federal - CAIXA - CCBs - Cap.de Giro	10.000	-	6.463	-	0,35 a.m. + CDI diário
Banco Industrial e Comercial - BIC	30.000	-	-	-	0,55% a.m. + CDI diário
Fund. Petrobrás de Seguridade Social-Petros	10.000	-	15.834	-	IPCA+12%a.a.
Postalís Inst. Seg. Soc. Dos Correios e Telégrafos	20.000	-	52.500	-	IPCA+12%a.a.
Banco Prosper S/A	520	-	1.040	-	IPCA+12%a.a.
FIPECQ Fund. Prev. Empregados	-	-	-	-	-
FINEP/IPEA/CNPQ/INPE	2.600	-	4.983	-	IPCA+12%a.a.
Fundação de Previdência dos Empregados da CEB	1.880	87.500	3.603	61.710	IPCA+12%a.a.
Total Operações no país	85.659	97.965	116.817	93.843	
Total Empréstimos e Financiamentos	94.849	107.066	235.294	130.795	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, *Japan International Cooperation Agency - JICA e Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW*, foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo 1 Yen equivalente a R\$0,02233 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 0,02372 em 31 de dezembro de 2012) e 1 Euro equivale a R\$3,2265 em 31 de dezembro de 2013 (R\$2,6954 em 31 de dezembro de 2012).

b) Em 31 de dezembro de 2013 os contratos de empréstimos junto a IFC e AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2012).

c) Em 31 de dezembro de 2013 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

d) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem o seguinte escalonamento:

Ano:	31 de dezembro de 2013
2014	94.849
2015	58.507
Após 2015	81.938
	<u>235.294</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Banco Kreditanstalt Für Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW) em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos, no valor de DM10.000. O contrato prevê juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho e dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016 e garantia da República Federativa do Brasil.

International Finance Corporation - IFC

Em 07 de outubro de 2010 a Companhia firmou contrato de abertura de crédito com o banco International Finance Corporation - IFC, para o projeto de Gestão Comercial. O valor de R\$40.000, foi desembolsado em 08 de agosto de 2011. O financiamento prevê como taxas de juros spread de 3,5% a.a. + IPCA atualizado trimestralmente, prazo total de 81 meses e período de carência de 21 meses e é garantido pelas receitas tarifárias da Companhia.

O Pagamento da dívida é trimestral e foi iniciado em 15 de julho de 2012.

Japan International Cooperation Agency - JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. Estima-se que o investimento ficará em torno de R\$383.594, sendo R\$273.055 financiados pelo Banco JICA e R\$110.539 como contrapartida da CASAN. Até 31 de dezembro de 2013 a Companhia recebeu o montante de R\$14.648. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil e os juros incidentes são de 1,20% a.a.

Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Até 31 de dezembro de 2013 a Companhia recebeu o montante R\$80.663.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos:	Vencimentos finais	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
1990	2012 a 2020	1.133	1.282
1991	2009 a 2020	11.472	12.777
1994	2019	335	379
1996	2009 a 2016	7.143	11.384
1997	2014	1.083	1.597
1998	2009 a 2015	9.518	13.639
2010	2032	9.026	1.540
2012	2034	3.344	-
Total		43.054	42.598

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Caixa Econômica Federal - CCBs - Capital de Giro

Em 23 de janeiro e 08 de fevereiro de 2013 foram realizadas operações de crédito para capital de giro, Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, junto a Caixa Econômica Federal, nos valores de R\$4.900 e R\$15.100, respectivamente, com encargos de 0,35% a.m. + CDI diário. Essas cédulas serão amortizadas em 24 meses, após 6 meses de carência. Essas operações também são garantidas pelas receitas tarifárias da Companhia.

Fundação de Previdência dos Empregados da CEB e outros (Banco Prosper)

Em julho de 2009 a Companhia firmou contrato com o Banco Prosper. A operação conta com prazo de carência de 2 (dois) anos, prazo total de 7 (sete) anos e taxa de juros de aproximadamente 12% ao ano + IPCA.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil; 3,5% do valor do crédito concedido caucionado em aplicação financeira; e 120%, em conta vinculada, do valor atualizado do serviço da dívida.

Em setembro de 2012 o Banco Prosper teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil e desde então a Empresa BRL Trust Serviços Fiduciários e Participações Ltda., interveniente fiduciário das CCBs do Prosper, têm intermediado o pagamento das CCBs diretamente aos credores sendo eles:

- POSTALIS: CCB 340/09 e CCB 253/10

- PROSPER: CCB 342/09
- PETROS: CCB 193/09
- FIPECQ: CCB 324/09
- FACEB: CCB 325/09

Assim, desde a liquidação extrajudicial do Banco Prosper, os pagamentos estão sendo efetuados normalmente direto na conta dos credores.

Banco Industrial do Ceará - BICBANCO

Em 04 de julho de 2013 foi realizada operação de crédito para capital de giro, Cédula de Crédito Bancário - CCB junto ao BICBANCO no valor de R\$30.000, sob os quais incidem encargos de 0,55% a.m. + variação do CDI. Esta cédula será amortizada em uma única parcela, após 12 meses de carência. Este empréstimo é garantido pelas receitas tarifárias da Companhia.

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador; e provisão de férias.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante:</u>			
Provisão para férias com encargos	19.698	16.981	14.781
INSS	3.749	3.348	3.095
FGTS	1.282	1.127	1.027
IR s/folha de pagamento	1.749	1.405	1.368
Plano de saúde e previdência	6.370	1.641	1.252
Consignações	1.391	1.251	1.134
Vale alimentação	3.645	3.099	3.669
Outros	320	284	249
Total Circulante	38.204	29.136	26.575

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição em 31 de dezembro de 2013 apresenta os seguintes valores:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante:</u>			
. REFIS	9.105	8.722	8.155
. COFINS	4.690	4.612	1.602
. PIS/PASEP	955	938	253
. Imposto de Renda - retenções	36	128	27
. Imposto de Renda sobre lucro real	24.124	13.970	2.229
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	154	101	44
. INSS de terceiros	626	307	359
. Contribuição social sobre lucro real	12.281	5.373	823
. Outros	385	298	217
Total circulante	<u>52.356</u>	<u>34.449</u>	<u>13.709</u>
 <u>Não circulante:</u>			
. REFIS	62.659	67.955	71.689
. Imposto de renda e Contribuição Social (Parcelamento)	1.650	3.099	4.315
Total não circulante	<u>64.309</u>	<u>71.054</u>	<u>76.004</u>

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria da Receita Federal - SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa selic *overnight* acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>	<u>Amortização com créditos fiscais</u>
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS.

Em 28 de junho de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>PGFN</u>	<u>SRF</u>	<u>Total da dívida na adesão</u>
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	<u>6.722</u>	<u>4.698</u>	<u>11.420</u>
Total	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação dos valores referentes ao REFIS resume-se como segue:

	Circulante			Não circulante		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo anterior	8.722	8.155	3.049	67.955	71.689	40.421
Transferências	9.492	9.054	6.015	(9.492)	(9.054)	(6.015)
Consolidação Atualizações (TJLP)			5.888		-	33.472
Amortizações	(9.109)	(8.487)	-	4.196	5.320	3.811
			(6.797)			-
Total	9.105	8.722	8.155	62.659	67.955	71.689

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$206.819 em 31 de dezembro de 2013 (R\$211.423 em 31 de dezembro de 2012 e R\$222.217 em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na nota explicativa nº14a.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Provisão para contingências fiscais	128	128	128
Provisão para contingências cíveis	125.706	126.808	110.450
Provisão para contingências trabalhistas	13.042	12.327	13.635
	138.876	139.263	124.213
Depósitos judiciais	(84.377)	(79.978)	(88.532)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	54.499	59.285	35.681

a) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, no montante de R\$5.798; processo de execução judicial de mútuo em prol da FUCAS no montante de R\$100.000; ações cíveis públicas R\$10.233 e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia no montante de R\$9.675. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$125.706 em 31 de dezembro de 2013 (R\$126.808 em 31 de dezembro de 2012 e R\$110.450 em 31 de dezembro de 2011).

b) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2013 (idem em 31 de dezembro de 2012 e 2011).

c) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$13.042 em 31 de dezembro de 2013 (R\$12.327 em 31 de dezembro de 2012 e R\$13.635 em 31 de dezembro de 2011) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

A Companhia possui o montante de R\$8.200 e R\$1.400 referente a processos cíveis e trabalhistas, respectivamente, classificados como perdas possíveis.

20 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar - CASANPREV, o montante de R\$76.947(R\$81.271 em 31 de dezembro de 2012 e R\$75.187 em 31 de dezembro de 2011).

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar - CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6% (quatro vírgula seis por cento), aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Extinção do PAD e constituição do CASANPREV

Os empregados da CASAN, por meio da Fundação Casan - FUCAS, possuíam um Plano de Auxílio Desemprego - PAD, no qual a contribuição de custeio era no percentual de 3,409 sobre a folha de pagamento bruta, com encargos sociais, pagos mensalmente pela CASAN por força de acordo trabalhista (ACT 1993/1994).

Por orientação do TCE/SC e da própria CPI da ALESC cessaram-se tais repasses, por entender que o PAD é um plano complementar de aposentadoria, o que, por força da Constituição Federal, exige a contribuição paritária do beneficiário e do instituidor, o que não ocorria à época.

O TCE/SC apontou irregularidade do PAD ao entender que, com a promulgação das Leis Complementares 108 e 109 em 2001, que por sua vez revogaram a Lei Federal nº 6.435/77, novamente deixou a FUCAS de se adaptar à legalidade, insistindo no modelo assistencial, permanecendo, destarte, juridicamente de forma irregular, conforme bem demonstrado pelo Parecer COG-3350/2004 do Tribunal de Contas do Estado.

Mais adiante, o TCE/SC, por meio do parecer acima citado, exarado em 27 de outubro de 2004, registra que ficam as sociedades de economia mista do Estado de Santa Catarina proibidas de efetuar repasses de recursos de qualquer natureza a associações de empregados ou entidades similares que não sejam entidades fechadas de previdência complementar.

Em face das irregularidades da FUCAS e do PAD, as entidades fiscalizadoras da CASAN passaram a determinar a sustação dos respectivos repasses por serem ilegais.

A Empresa, cumprindo seu poder/dever de rever seus atos, suspendeu os repasses ao citado programa no percentual (inicial) de 4% sobre a folha de pagamento para custeio do PAD, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina e da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (após a CPI da CASAN), e em estrita observância aos princípios da administração pública.

A matéria foi levada ao conhecimento da Justiça Estadual em ação proposta pela FUCAS contra a CASAN, para que esta mantivesse os repasses suspensos, cuja decisão reconheceu a impossibilidade jurídica do pedido.

Sendo assim, tendo em vista a ilegalidade de todos os atos praticados na instituição do PAD, não havia como este prosperar em face da sua evidente nulidade.

Outro ponto que merece importante destaque é o endividamento da CASAN para com a FUCAS. De acordo com o relatório da CPI, a CASAN pegou dinheiro emprestado dela mesma, pois os valores que lhe foram emprestados pela FUCAS eram provenientes do PAD.

Ou seja, pelo entendimento da CPI, a CASAN emprestou junto à FUCAS o dinheiro que teoricamente teria que repassar, ou repassou, para o fundo por ela administrado, no percentual de 4% da folha salarial da Companhia.

Essa tese não foi confirmada em juízo.

Observando a decisão judicial nº 023.05.045877-1, exarada em 31 de julho de 2006 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que qualificou a ilegalidade da FUCAS em gerir o PAD, o Conselho de Administração da CASAN, reunido no dia 29 de janeiro de 2007, deliberou sobre a criação da CASANPREV, entidade fechada de previdência complementar, que tem como finalidade a complementação previdenciária aos empregados ativos da Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuirá com parcelas mensais limitadas a 4,6% sobre as remunerações fixas da folha de pagamento bruta, com paridade de contribuição por parte dos empregados optantes. A entidade manterá, a princípio, as regras definidas no extinto Programa de Auxílio Desemprego - PAD, por meio de um plano de benefício definido - BD.

Assim, em 31 de dezembro de 2006, a Administração, considerando a exigência legal de o novo plano de previdência ter contribuição paritária, reverteu para o resultado do exercício o montante de R\$15.183, reconhecido na rubrica de outras receitas operacionais, referente aos valores provisionados a título de contribuição exclusivamente patronal para o PAD, relativo ao período de 2003 a 2006. Além disso, reclassificou para o passivo não circulante o déficit atuarial do PAD no valor de R\$62.018 e o montante de R\$43.574 referente ao empréstimo junto à FUCAS, os quais serão utilizados em reversões e ajustes que se fizerem necessários em exercícios futuros, como também nos ajustes dos prazos dos planos de demissão incentivada, com vistas a adequar os períodos de concessão dos benefícios e as carências exigidas pela Lei.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com o objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto à Secretaria de Previdência Complementar.

Em 26 de abril de 2007 foi assinado pela CASAN e por todos os Sindicatos representativos Termo de Acordo Coletivo de Trabalho, registrado na DRT sob processo nº 2426/0799, cujo objeto destaca-se: “Considerando a impossibilidade da FUCAS - Fundação CASAN continuar administrando o programa PAD e a necessidade dos seus instituidores ora acordantes adequarem o plano à legislação da previdência complementar vigente, tem por objeto o presente termo o ajuste da transferência de todo o ativo e passivo (conforme registros no balanço da FUCAS), vinculado ao PAD e sob administração da FUCAS (instituído pela cláusula 21ª do Acordo Coletivo de Trabalho 1993/1994), para a CASANPREV, fundo de previdência complementar fechada instituído pela CASAN em 29/01/2007, em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001”.

Em 01 de setembro de 2007 foi expedido um mandado de penhora e intimação (auto nº 023.05.002648-0), relativo ao processo de execução judicial em prol da FUCAS. O valor indicado pela justiça é de R\$87.040 e conforme o balanço da Companhia é de R\$43.574. Apesar das ações de contestação promovidas pela CASAN, a Diretoria Executiva resolveu assumir uma postura conservadora e acatar a orientação da CVM determinando que o valor seja corrigido equitativamente ao valor indicado pela demanda judicial. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2007 foi registrado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial”, no passivo Exigível a Longo Prazo, o valor de R\$43.465 relativo à atualização acima citada.

Em 18 de dezembro de 2007, a Diretoria Executiva da CASAN, em ato homologado pelo Conselho de Administração, decidiu pela revogação da Resolução nº 700, de 30 de setembro de 1997, provocando a reversão de R\$62.019 registrados no passivo não circulante. Esta decisão foi tomada considerando que o valor do déficit atuarial do plano de previdência (R\$69.644), levantado pela empresa DATA-A, está contemplado no atual valor provisionado na rubrica “Plano Previdenciário e Assistencial” (R\$87.040).

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e remeteu para a Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - MPS, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASANPREV como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União - seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contados a partir da data de publicação dessa Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN, reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar - SPC do MPS, de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, assim como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

Situação processual das principais ações relacionadas ao PAD nas quais litigam CASAN e FUCAS:

1. Execução nº 023.05.002648-0 (Embargos nº 023.05.031122-3)

Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida contra a CASAN, requerendo o pagamento do empréstimo de valores concedido pela FUCAS. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC determinou a penhora de R\$ 1 milhão mensais dos cofres da empresa.

Em apelação, a CASAN reforçou todos os argumentos já levantados em sede de embargos, assinalando, em preliminar, a nulidade da sentença por cerceamento de defesa decorrente do indevido julgamento antecipado da lide. Requereu, ao final, o acolhimento da preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, com o retorno dos autos à origem para a produção da prova requerida, bem como, no mérito, na hipótese de não acolhimento da preliminar, a reforma da sentença para o fim de serem julgados procedentes os pedidos dos embargos, declarando-se extinta a execução em razão da sua flagrante nulidade.

A 3ª Câmara de Direito Civil do TJSC, negou provimento à apelação interposta pela CASAN e deu provimento à apelação da FUCAS para majorar a sucumbência anteriormente arbitrada. Desse julgamento, a CASAN opôs embargos de declaração com efeitos infringentes, que foram rejeitados. Houve a interposição, pelas duas partes, de Recurso Especial. Para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial, a CASAN ingressou com medida cautelar incidental. Por decisão do Terceiro Vice-Presidente do TJSC, em 10 de agosto de 2011, foi deferido em parte a medida cautelar, atribuindo efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto, suspendendo a execução até o julgamento do referido Recurso Especial pelo STJ. Em contrapartida, a FUCAS ingressou com a Medida Cautelar junto ao Supremo Tribunal de Justiça - STJ, que foi conhecida para deferir o pedido da Fundação e sustar o efeito suspensivo concedido ao Recurso Especial interposto pela CASAN. A CASAN interpôs Agravo Regimental nos autos da Medida Cautelar interposta pela FUCAS, em trâmite no STJ, atacando a decisão que deferiu o pedido da Fundação. O STJ não proveu o Agravo Regimental. Dessa decisão, a CASAN ingressou recurso especial não admitido em 22 de janeiro de 2013 com Embargos Declaratórios com efeitos modificativos, e, junto à 6ª Vara Cível de Florianópolis (Juízo de execução), com Exceção/Objecção de Pré e/ou Executividade com pedido de liminar. No TJSC, da decisão que não admitiu na origem o Recurso Especial, a CASAN interpôs Agravo.

Até o momento do encerramento do presente demonstrativo, a execução encontra-se suspensa por petição da exequente em consideração às tratativas atuais tendentes à entabulação de um acordo, fato que serviu como acréscimo justificante para que o advogado da Companhia responsável pela demanda mantivesse o mesmo provisionamento valorativo ocorrido em 2010.

Além desta demanda nevrálgica dentro do relacionamento CASAN e FUCAS, outras que completam o cenário litigioso entre as partes merecem destaque:

1.1. Ação Declaratória nº 023.05.045877-1

Essa ação visa a cobrança dos valores não repassados pela CASAN ao fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. O TJSC julgou improcedente o pedido da FUCAS, porquanto o Plano fora constituído com recursos oriundos exclusivamente da Companhia, não havendo a contribuição paritária, exigida pela Constituição Federal para validade do plano. Foram admitidos os Recursos Especiais e Extraordinários manejados pela FUCAS, que estão aguardando julgamento.

1.2. Ação Civil Pública nº 023.07.092618-5

Tem por objetivo alterar/adequar o Estatuto da Fundação e os seus órgãos diretivos. A CASAN não concorda com o mérito da Ação, porquanto entende ser legal a finalidade de assistência a um grupo determinado de empregados, e, como não é possível a mudança de finalidade da fundação, então o caso seria de extinção da FUCAS, com o retorno dos valores à CASAN. O Juízo de primeiro grau concluiu que é incabível a modificação da finalidade da FUCAS e acolheu o argumento de sua extinção. Encontra-se no TJSC para análise e julgamento pela 3ª Câmara de Direito Público.

1.3. Ação Ordinária nº 023.08.077422-1

É a ação que visa a transferência do fundo que constituía o Plano de Auxílio Desemprego - PAD. Ação ingressada pela CASAN, com o fito de romper o “convênio de adesão” firmado entre as partes em 12 de janeiro de 1994 e transferir o fundo com todos os recursos financeiros vinculados ao plano para a CASAN ou para a CASANPREV.

Sustenta-se que é possível a ruptura do convênio firmado com a FUCAS, pois foi criado para beneficiar os empregados da Companhia e apenas administrado pela fundação. Enfatiza que

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

recentemente foi criada entidade com finalidade previdenciária - CASANPREV, a qual necessita de aporte da CASAN para cobertura do tempo de vida passado.

A medida liminar de antecipação de tutela, requerida pela CASAN, foi indeferida no Juízo de origem, o que motivou o ingresso de Agravo de Instrumento (2009.002823-2). Por maioria, a 3ª Câmara Cível do TJSC, desproveu tal recurso, mantendo a decisão de não concessão da antecipação dos efeitos da tutela. Em sentença, o pedido foi julgado procedente, havendo a interposição de recurso de apelação por parte da FUCAS, que pende de julgamento.

b) Plano de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI

Descrição	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante:</u>			
PDVI com indenização única	1.217	1.208	1.306
PDVI com indenização mensal	14.583	25.580	22.427
Total Circulante	15.800	26.788	23.733
<u>Não circulante:</u>			
PDVI com indenização mensal	31.511	43.666	50.644
Total Não Circulante	31.511	43.666	50.644
 Total PDVI	 47.311	 70.454	 74.377

Em 2013, foi reconhecido no resultado do exercício, a título de despesas com o PDVI, o montante de R\$4.533(R\$26.163 em 2012 e R\$31.546 em 2011).

O programa de demissão incentivada é composto por dois subprogramas nos termos e condições a seguir:

a) Subprograma de demissão incentivada com indenização mensal:

Visa os empregados com idade entre 50 e 58 anos (incompletos) na data da adesão, que possuem mais de 5 anos de serviços prestados à Companhia, e que optarem pela rescisão do contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia compromete-se a pagar mensalmente, até o empregado completar 58 anos de idade, a título indenizatório, o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Bem como a parcela recolhida mensalmente pelo empregado como contribuinte facultativo ao INSS.

b) Subprograma de demissão incentivada com indenização única:

Visa os empregados com qualquer idade e com mais de 2 anos de serviços prestados à Companhia, que optarem pela rescisão do seu contrato de trabalho. Substancialmente, a Companhia paga a título indenizatório o valor correspondente a 75% das seguintes verbas salariais: a) salário; b) triênio/anuênio; c) vantagem pessoal incorporada até a edição da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991; d) vantagem pessoal prêmio; e e) outras vantagens fixas decorrentes de sentença judicial. Ainda a título indenizatório, a Companhia paga a importância correspondente ao equivalente a 50% do saldo de depósitos do FGTS para fins rescisórios. Tais quantias são pagas em 6 parcelas mensais.

Sobre o programa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Inscritos	813	813	813
Processo em tramitação	0	1	6
Rescisões para datas futuras	0	66	116
Demissões com PDVI	537	525	477
Demissões sem PDVI	57	57	45
Indeferimento de pedidos	55	55	55
Desistência do empregado	164	114	114
Número de empregados	2.283	2.176	2.059
Público-alvo PDVI (= < 50 anos)	777 34%	633 29%	574 28%

c) Participação nos lucros e resultados

No Acordo Coletivo 2012/2013 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados é o equivalente a 5% nos lucros da Companhia.

21 PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e com mais dois de seus acionistas, a CELESC e a CODESC.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, a seus acionistas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, como segue:

Conta a receber de clientes

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante:</u>			
CELESC	-	-	30
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	8.757	7.872	11.291
CODESC	106	106	106
Total de contas a receber dos acionistas	<u>8.863</u>	<u>7.978</u>	<u>11.427</u>

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante :</u>			
CELESC	4.208	4.576	3.859
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	<u>7.572</u>	<u>7.940</u>	<u>7.223</u>

Empréstimos a pagar a acionista

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	9.077	7.980	9.372
<u>Não circulante:</u>			
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (a)	77.905	76.978	80.371
Total empréstimos a pagar para acionistas	<u>86.982</u>	<u>84.958</u>	<u>89.743</u>

Resultado das operações com acionistas

	2013	2012	2011
Receita bruta de serviços prestados	18.008	16.936	14.766
Custos e despesas	47.403	51.465	48.768
Juros de empréstimo com acionista	7.178	7.780	7.415
Resultado	<u>72.589</u>	<u>76.181</u>	<u>70.949</u>

a. Empréstimos a pagar para acionista:

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475. Até 31 de dezembro de 2013 foi liberado o valor de R\$101.204, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.476. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$9.077 e R\$77.905, contabilizados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante, respectivamente, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

22 RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$17.971 em 31 de dezembro de 2013 (R\$15.489 em 31 de dezembro de 2012 e R\$12.025 de 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 está representado por 715.094.432 ações (702.559.220 em 31 de dezembro de 2012 e 2011). São 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2012 e 2011) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 357.547.216 (351.279.610 em 31 de dezembro de 2012 e 2011) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Discriminação do capital subscrito:</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>2013, 2012 e 2011</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112
Prefeitura Municipal de Lages	-	8.332
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina - CELESC	55.358.800	55.357.200
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	-
Pessoas Físicas	8.054	7.801
Total de ações	<u>357.547.216</u>	<u>357.547.216</u>

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013,
2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

b. Dividendos

Cálculo dos dividendos	2013
Lucro Líquido do Exercício	41.584
(-) Reserva Legal (5%)	2.079
Realização da Reserva de Reavaliação	3.033
Base para Dividendos	42.538
Dividendos Propostos	10.634

c. Reservas de Lucros a Realizar

Esta reserva foi constituída conforme proposta da administração de acordo com o artigo 197 da Legislação Societária, a ser deliberada em AGO.

24 RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 estão apresentadas abaixo:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Tarifas de água	592.313	546.374	481.009
Tarifas de esgoto	119.934	108.318	95.440
Outras receitas de serviços de água	14.683	18.716	16.594
Outras receitas de serviços de esgoto	85	144	1.015
Total do faturamento	727.015	673.552	594.058
Impostos sobre vendas e outras deduções	(67.063)	(63.210)	(54.903)
Total receita líquida	659.952	610.342	539.155

25 DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Salários e encargos	259.597	243.294	213.006
Materiais	33.395	32.946	27.951
Serviços de terceiros	128.428	122.052	112.259
Gerais e tributárias	17.525	15.315	12.396
Depreciações, amortizações e provisões	77.446	73.069	47.395
Fundos para programas municipais	23.687	23.823	30.293
Recomposição de pavimentação	13.335	11.063	16.527
Total	553.413	521.562	459.827

26 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
Salários	92.388	83.417	74.910
Custos previdenciários	83.219	65.117	46.006
FGTS	10.037	9.039	8.166
Programa de alimentação	14.987	13.522	13.301
Programa de saúde	14.550	11.272	9.877
Outros benefícios	44.416	60.927	60.746
Total	259.597	243.294	213.006
Número de empregados	2.283	2.238	2.176

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A variação verificada no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2013, em relação a igual período de 2012 e de 2011, é assim apresentada:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Receitas financeiras:</u>			
Descontos obtidos	1	232	51
Juros ativos	1.295	1.820	1.602
Rendimento de aplicações financeiras	4.252	4.952	6.336
Variações monetárias e cambiais	4.636	1.050	3.748
Outras	428	773	-
Total Receitas Financeiras	10.612	8.827	11.737
<u>Despesas financeiras:</u>			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(44.805)	(39.396)	(35.550)
Variações monetárias e cambiais	(1.318)	(979)	(3.697)
Outras	(461)	(72)	(1.294)
Total Despesas Financeiras	(46.584)	(40.447)	(40.541)
Resultado Financeiro Líquido	(35.972)	(31.620)	(28.804)

28 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2013, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente.

Segue composição das outras receitas e despesas operacionais:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2011
<u>Outras receitas operacionais:</u>			
. Pessoal à disposição	2.805	2.665	2.403
. Indenizações e ressarcimento de despesas	493	1.015	1.721
. Comissão prestação de serviços/convênios	45	62	56
. Recuperação de causas trabalhistas	504	1.346	86
. Receita com operação de sistema	1.250	-	-
. Ressarcimento folha de pagamento	1.313		
. Recuperação de causas cíveis	4.783	177	11.325
. Vendas de bens do imobilizado	957	-	-
. Outras	87	1.053	1.189
Total Outras Receitas Operacionais	12.237	6.318	16.780
<u>Outras despesas operacionais:</u>			
. Baixa de imobilizado	(21)	(6.043)	(34)
. Fiscais e tributárias	(4.584)	(5.904)	(50.525)
. Causas cíveis	(5.837)	(24.557)	-
. Causas trabalhistas	(5.025)	(7.077)	(6.896)
. Outros		-	-
Total Outras Despesas Operacionais	(15.467)	(43.581)	(57.455)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(3.230)	(37.263)	(40.675)

29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Trata-se do imposto federal sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de Renda e a contribuição social são 25% e 9%, respectivamente, representando uma taxa de 34% para os exercícios de 2013, 2012 e 2011.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 e 2011 EM MILHARES DE REAIS

Os valores reportados como despesa de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado são conciliados com as alíquotas estatutárias, como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos	<u>67.337</u>	<u>19.897</u>	<u>9.849</u>
<u>Adições:</u>			
Provisão para contingências	(387)	15.050	(8.303)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.023	2.513	412
Realização da reserva de reavaliação	5.251	5.268	3.335
Depreciação da correção monetária especial (Lei 8.200/91)	2.970	2.973	1.705
Outras	<u>-</u>	<u>324</u>	<u>412</u>
Total de adições	10.857	26.128	(2.439)
<u>Exclusões:</u>			
Pagamentos plano de incentivo à aposentadoria	<u>(1.725)</u>	<u>(3.378)</u>	<u>(3.271)</u>
Total de exclusões	(1.725)	(3.378)	(3.271)
Base de cálculo do Imposto de Renda	76.469	42.647	4.139
IRPJ alíquota de 15%	11.471	6.397	621
IRPJ alíquota de 10% adicional	7.623	4.240	390
Incentivos fiscais	<u>(939)</u>	<u>(531)</u>	<u>(50)</u>
Total IRPJ	18.155	10.106	961
Base de cálculo da contribuição social	76.469	42.647	4.139
Total CSLL (alíquota de 9%)	<u>6.882</u>	<u>3.838</u>	<u>372</u>
Total IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido	<u>25.037</u>	<u>13.944</u>	<u>1.333</u>

30 SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$16.912. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan contratou ainda seguros automotivos para o veículo de uso da presidência e alguns caminhões utilizados na operação, cuja cobertura monta R\$1.293. Além disso, os veículos alugados pela Companhia já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Taxas de Administração

Em Assembléia Geral Extraordinária, em 29 de dezembro de 2006, ficou estabelecida a equiparação da remuneração dos administradores da Sociedade ao maior salário praticado na Companhia, considerando-se salário fixo e triênio, o que corresponde nesta data a R\$15. Também foram fixados os honorários dos conselheiros de administração e fiscais no percentual de 20% da remuneração dos administradores, o que corresponde nesta data a R\$3. Além disso, foram estendidos aos diretores, comissionados e servidores cedidos à Companhia os mesmos benefícios sociais e vantagens atribuídas aos demais empregados do quadro efetivo.

O diretor-presidente da Sociedade perceberá, além da remuneração fixa, 20% a título de verba de representação.

A remuneração do procurador geral é R\$15 e a do procurador adjunto de contencioso e a do procurador adjunto consultivo corresponderá a 80% da remuneração dos diretores executivos.

Benefícios pago apenas aos administradores: vale refeição, assistência médica, descanso semanal remunerado por meio de licença de 30 dias.

A remuneração paga pela Companhia aos membros de seus conselhos de administração, fiscal e executivo foi de R\$1.818, R\$1.708 e R\$1.442 para os exercícios de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

As remunerações recebidas pelos administradores da Companhia, por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 totalizaram R\$1.270, R\$1.226 e R\$1.083, respectivamente.

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) O Conselho de Administração da Companhia aprovou em reuniões realizadas em 10 de maio de 2013 e em 13 de novembro de 2013, respectivamente, a constituição do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC no valor de R\$250.000 e a emissão de Cédulas de Crédito Bancárias - CCB's no valor de R\$250.000, para reestruturação de passivos e a realização do CAPEX, ambos em fase de estruturação, para conclusão no exercício de 2014.
- b) Em janeiro de 2014 a Companhia retomou os sistemas de exploração dos serviços de abastecimento de água dos municípios de Içara e Porto Belo, que haviam sido municipalizados em dezembro de 2005 e dezembro de 2010 respectivamente. Com o retorno, a receita operacional bruta mensal da empresa (base jan/14) será acrescida de R\$2.000.
- c) Em janeiro de 2014 foi realizada operação de crédito para capital de giro, via Cédula de Crédito Bancário - CCB junto ao BICBANCO no valor de R\$30.000, sob os quais incidem encargos de 0,45% a.m. + variação do CDI. Esta cédula será amortizada em uma única parcela, após 12 meses de carência. Este empréstimo é garantido pelas receitas tarifárias da Companhia, destinado como empréstimo “ponte” para quitação com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.
- d) Em fevereiro de 2014 o Município de Imbituba optou pela rescisão do contrato de exploração dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, acarretando perda de receita bruta no montante de R\$1.344 mensais.

O Magistrado entendeu que como a Estação de Tratamento de Água central de Imbituba faz parte do Sistema de Tratamento de água de outros municípios, Garopaba, Paulo Lopes e Laguna, esta deverá ficar sendo administrada pela Companhia, cabendo aquela Prefeitura adquirir água potável para distribuição junto a Casan.

- e) Em 12 de dezembro de 2013, a CASAN e a FUCAS firmaram Termo de Transação Extrajudicial, em que foram ajustadas as condições de rescisão do Convênio de Adesão do Plano de Auxílio Desemprego celebrado com aquela Fundação.

O Termo foi homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público e publicado em 10 de março de 2014 na página 33 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério público de Santa Catarina.

Os efeitos econômicos e financeiros do Termo junto a Companhia repercutirão nas Demonstrações Contábeis no Exercício de 2014 serão da ordem de R\$100.000, quando extintas as ações judiciais transigidas pelo Termo.
